

Golpe ou impeachment? A polarização política nas capas das revistas Veja e Carta Capital

Political coup or impeachment? The political polarization from Veja and Carta Capital magazine's covers

¿Golpe o destitución? La polarización política en las portadas de las revistas Veja y Carta Capital

Hélen Rodrigues Simões¹  <https://orcid.org/0000-0002-0310-5823>
Alexandre Marcelo Bueno²  <https://orcid.org/0000-0002-0798-3615>

RESUMO: A destituição de Dilma Rousseff da Presidência da República em agosto de 2016 inaugurou um dos períodos históricos mais polêmicos da história recente do Brasil. Em um cenário fragmentado na discussão sobre se foi impeachment ou golpe, observamos numerosos questionamentos partidários e ideológicos. Este trabalho se propõe a analisar quatro capas de revistas semanais (Veja e Carta Capital) para depreender o posicionamento de cada uma em relação ao evento político. A base teórica que subsidia a análise é a semiótica discursiva, com foco no percurso gerativo de sentido, explorando sobretudo a dimensão polêmica instaurada entre as duas revistas. Espera-se, assim, discutir os valores que orientam cada revista e o modo como as revistas elaboram estratégias argumentativas a favor ou contra o processo político movido contra Dilma Rousseff em um contexto histórico-social caracterizado pela polarização política.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso político. Poder. Política brasileira.

ABSTRACT: The dismissal of Dilma Rousseff from the Presidency of the Republic in August 2016 inaugurated one of the most controversial historical periods in recent Brazilian history. In a fragmented scenario in the discussion of whether it was impeachment or a political coup, we observed numerous partisan and ideological questions. This paper proposes to analyze four covers of weekly magazines (Veja and Carta Capital) to understand the positioning of each one in relation to the political event. The theoretical basis that supports the analysis is the discursive semiotics, focusing on the generative path of meaning, exploring above all the polemic dimension established between the two journals. Thus, it is hoped to discuss the values that guide each journal and the way in which the journals elaborate argumentative strategies for or against the.

¹ Mestre em Linguística pela Universidade de Franca. Instituição Federal do Sul de Minas – Campus Passos. E-mail: helenrod87@gmail.com

² Doutor em Semiótica e Linguística Geral pela FFLCH-USP. Professor do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie e Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Franca. E-mail: alexandrebueno@gmail.com

political process brought against Dilma Rousseff in a historical-social context characterized by political polarization

KEYWORDS: Political speech. Power. Brazilian politics.

RESUMEN: El derrocamiento de Dilma Rousseff de la presidencia en agosto de 2016 inauguró uno de los períodos históricos más controvertidos de la historia reciente de Brasil. En un escenario fragmentado en la discusión sobre si se trataba de un juicio político o un golpe de estado, observamos numerosas cuestiones partidistas e ideológicas. Este trabajo propone analizar cuatro portadas de revistas semanales (Veja y Carta Capital) para comprender la posición de cada una en relación con el acontecimiento político. La base teórica que subvenciona el análisis es la semiótica discursiva, centrada en el camino generativo del significado, explorando sobre todo la dimensión polémica establecida entre las dos revistas. Así pues, se espera examinar los valores que guían cada revista y la forma en que las revistas elaboran estrategias argumentales a favor o en contra del proceso político iniciado contra Dilma Rousseff en un contexto histórico-social caracterizado por la polarización política.

PALABRAS CLAVE: Discurso político. Poder. Política brasileña.

Introdução

O contexto histórico-social do processo de destituição da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) foi permeado por uma série de manifestações populares que começaram a ocorrer em junho de 2013. Esses movimentos exigiam a revogação do aumento de passagem do transporte público, assim como defendiam a pauta do transporte público gratuito. Influenciados pelos atos realizados em décadas anteriores e com meios tecnológicos mais acessíveis que propiciaram divulgações em redes sociais, os manifestantes conseguiram a anulação do aumento do preço da tarifa dos transportes públicos na maioria das capitais brasileiras, mas não sua gratuidade. O anseio por mudanças, contudo, permaneceu e foi estampado nos rostos dos manifestantes, em cartazes e em compartilhamentos digitais nas redes sociais. Brasileiros exerceram sua liberdade de expressão, como muitos participantes enfatizaram.

Souza (2016) expõe as disputas que ocorreram nas ruas das principais capitais do país e as transformações que ocorreram nas manifestações em 2013, além de alguns dos atores responsáveis pela crise e pela mudança nos rumos políticos da nação:

A camisa da seleção brasileira e a bandeira nacional se tornaram os símbolos que ninguém mais conseguiu retirar ou sequer disputar com essa fração de classe. É uma camisa que passa a mais importante mensagem: "não somos de nenhum time", como não somos de nenhum partido. Nosso time é a seleção, e nós torcemos pelo Brasil. O ufanismo do país dividido que não tolera a diversidade e ao mesmo tempo se põe como único representante da nação, um protofascismo óbvio, não só não foi criticado pela mídia. Foi, ao contrário, louvado e estimulado (SOUZA, 2016, p. 100).

Pelo ponto de vista de Jessé de Souza e outros analistas políticos, houve uma disputa ideológica nas ruas em 2013. Assim, as também chamadas jornadas de junho foram, em parte, cooptadas por uma vertente política e ideológica conservadora que percebeu, a partir dos desdobramentos das manifestações favoráveis ao transporte gratuito, que era possível capitalizar uma parcela insatisfeita com os rumos políticos e econômicos do país governado por um partido de centro-esquerda. Diante deste cenário, concordamos com a afirmação de Souza:

Não se compreende o golpe de abril de 2016 sem a manipulação dos protestos de junho de 2013. Mas faltava ainda um elemento decisivo de toda rebelião, seja ela libertária ou reacionária: a construção de um discurso coerente. Este inexistia em junho de 2013, e veio daí o caráter enigmático e multifacetado dessas manifestações, que desafiou a capacidade interpretativa dos analistas (SOUZA, 2016, p. 106).

Na opinião de Souza, a principal motivação dos que foram às ruas contra o governo foi o discurso anticorrupção, motivado, em grande parte, pela Operação Lava Jato. A partir deste, o objetivo dos partidos políticos opositores e dos adversários na arena política passou a ser, de modo mais claro, o enfraquecimento dos dois personagens principais do Partido dos Trabalhadores (PT): o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e, naquela ocasião, Dilma Rousseff.

Houve, assim, uma apropriação dos símbolos nacionais, no embate dos brasileiros contra a corrupção. O uso de manifestantes supostamente apartidários foi uma maneira de camuflar o posicionamento ideológico e seu partidarismo político. Assim, recorreu-se a tal estratégia em busca do chamado apoio popular, sem o qual o impeachment seria impossível de ser realizado.

Todos os fatos e circunstâncias, desde antes do início do processo de destituição de Dilma Rousseff, foram veiculados nos mais variados tipos de mídias jornalísticas, a partir de diferentes abordagens, cumprindo, assim, o objetivo de difundir a informação. No entanto, essa difusão nunca é neutra. Cada veículo de comunicação possui uma orientação político-ideológica que se reflete em seus editoriais, nos modos de abordar a notícia, no foco dos títulos e, evidentemente, nas capas que compõem a chamada mídia impressa (e hoje digital), como os jornais e revistas semanais. As capas podem ser um importante objeto de pesquisa para se refletir sobre o posicionamento de cada veículo da imprensa em torno de um tema político e no modo como trata os temas e figuras

elaborados em relação aos atores políticos em destaque em um determinado acontecimento.

Desse modo, um mesmo “evento” pode ser relatado de formas diferentes e apresentar até mesmo pontos de vista divergentes. Essa distinção resulta da maneira como determinado discurso é produzido e colocado em circulação. O que nos interessa é, justamente, dentre outros objetivos, identificar como os semanários *Veja* e *Carta Capital*, cada um a sua maneira, explicitam posicionamentos ideológicos distintos, que os levam a escolher e utilizar temas e figuras distintos como forma de representar seu posicionamento em relação ao evento político que levou à retirada de Dilma Rousseff da presidência da República. Importa-nos, em suma, compreender os mecanismos discursivos subjacentes nos processos de comunicação.

Desse modo, esperamos contribuir para o debate acerca do papel da imprensa em relação aos eventos políticos recentes no Brasil. Miguel (2001) explica a importância política dos meios de comunicação centrado na mediação que eles promovem. A partir da escolha do que possui maior relevância e abrangência, diversos fatos, mudanças e eventos são transformados em notícias e amplamente divulgados. Segundo Miguel:

Hoje, a possibilidade de acesso do público a um determinado discurso depende de sua veiculação pela mídia. Trata-se de um fenômeno relevante, já que, como observou Murray Edelman (1985, 10), o elemento crítico na disputa política é a “criação de sentido: a construção de crenças sobre o significado de eventos, de problemas, de crises, de mudanças políticas e de líderes” (MIGUEL, 2001, p. 43).

A mídia a que Miguel se refere desempenha um importante papel no aspecto político. Os veículos de comunicação expandem o acesso à atuação de agentes públicos e conseqüentemente o debate político é ampliado. Uma pluralidade de ideias e questionamentos políticos e sociais emergiram nos últimos anos e foi possível perceber uma democratização do acesso à informação, pelos mais diversos meios, inclusive digitais.

Desde 2015, as palavras impeachment e golpe voltaram a circular nos meios de comunicação de massa por conta da abertura formal do processo de impeachment que retirou Dilma Rousseff do poder. Eduardo Cunha, então deputado federal pelo PMDB, no cargo de presidente da Câmara, aprovou o processo de afastamento, no qual constou como justificativa o crime de responsabilidade que teria sido cometido pela ex-presidente, concretizado por meio das “pedaladas fiscais”, definidas como atrasos de repasse de

verbas a bancos públicos e privados, além da emissão de créditos suplementares por meio de decretos.

Em 30 de março de 2016, no Palácio do Planalto, durante cerimônia de lançamento do “Programa Minha Casa Minha Vida 3”, Dilma Rousseff se manifestou a respeito do processo de sua destituição. Na ocasião, o processo de impeachment estava na fase de análise pela comissão especial da Câmara dos Deputados. Dilma declarou:

Impeachment sem crime de responsabilidade é o quê? É golpe! É essa a questão. Não adianta fingir que estamos discutindo o impeachment em tese, nós estamos discutindo o impeachment muito concreto, sem crime de responsabilidade, e aí ele é passível de legalidade, legitimidade. O nome disso é golpe (CAMPOS, 2016).

A fala de Dilma mostra a polêmica surgida em relação ao modo como nomear o que ocorrera em seu governo. Para analisarmos esse momento, selecionamos duas capas referentes ao período inicial do processo de abertura do impeachment e ao momento em que Dilma Rousseff é afastada pela Câmara dos Deputados. O objetivo de nosso trabalho é examinar como ambas as revistas Veja e Carta Capital se posicionam em relação ao tema do impeachment de (ou do golpe em) Dilma Rousseff. Além disso, é nosso intento discutir o modo como cada revista apresenta figurativamente cada um dos episódios que antecederam e sucederam o fim do único governo minimamente progressista que o país teve em sua história recente para entendermos como a linguagem jornalística também representa um discurso do político e, portanto, participa da disputa pelo poder.

Para alcançarmos estes objetivos, recorreremos aos postulados da semiótica de linha francesa. A teoria, de viés formal, permite examinar os procedimentos da organização textual e os mecanismos enunciativos de produção e de recepção do texto. Temos como base a análise a partir do percurso gerativo de sentido, composto pelo plano de conteúdo, em seus níveis fundamental, narrativo e, principalmente, discursivo. Por essa razão, antes da análise propriamente dita, apresentaremos, sucintamente, os princípios teóricos que norteiam este trabalho.

Princípios Teóricos: a dimensão polêmica e o discurso político

A semiótica de linha francesa, elaborada por Algirdas Julien Greimas, tem interesse no modo como a significação se articula. Uma das herdeiras da tradição linguística inaugurada por Ferdinand de Saussure e continuada por Louis Hjelmslev, a semiótica tem por princípio examinar a organização do sentido em diferentes linguagens (GREIMAS,

2014). Por princípio metodológico, a teoria postula que a significação pode ser examinada a partir de um modelo explicativo que articula as significações desde seus princípios mais simples e abstratos até patamares mais complexos e concretos (BARROS, 2005). O modelo, conhecido como percurso gerativo do sentido, elabora, então, três níveis de complexificação da significação que serão resumidamente explicados a seguir.

O primeiro nível, conhecido como fundamental, articula os elementos mais simples e abstratos a partir dos quais todos os discursos e textos se sustentam. Essa estrutura é organizada em pares opostos (como natureza vs. cultura, por exemplo) que se desdobram em operações lógicas de negação (que produz os termos subcontrários, como não-natureza vs. não-cultura, para continuarmos no mesmo exemplo) e de implicação (que permite a articulação discursiva dos dois termos e a passagem de um a outro). Essa estrutura fundamental é representada pelo chamado quadrado semiótico. Em outras palavras, o quadrado mostra o modo como a significação mais simples é acolhida nesta estrutura abstrata e como a estrutura não é estanque, pois há uma movimentação mínima conduzida pelas operações lógicas já mencionadas que fazem o sentido circular (da cultura para a natureza e vice-versa, por exemplo). Além disso, esta organização abstrata se transforma em valores a partir do momento em que se projeta uma valorização (euforia) ou desvalorização (disforia) nos termos do quadrado, atribuindo-lhe um caráter valorativo e não simplesmente operacional. Assim, o quadrado semiótico, no nível fundamental, é uma forma de conjugar os tipos de oposições em que cada um dos termos se envolve nas relações de contrariedade, contradição e implicação. De acordo com Fontanille (2007):

“O quadrado semiótico apresenta-se como a reunião de dois tipos de oposições binárias em um só sistema que administra, ao mesmo tempo, a presença simultânea de traços contrários e a presença e a ausência de cada um desses dois traços” (FONTANILLE, 2007, p. 62).

Em seguida, essa estrutura sobe para o nível intermediário, conhecido como nível narrativo. Simulacro da ação do homem sobre o mundo e sobre outros homens, o nível narrativo elabora uma cena em que um objeto de valor é disputado por sujeitos e contratos de confiança são elaborados ou desfeitos. Formalmente, este nível se divide em quatro etapas: manipulação, competência, desempenho e sanção.

A manipulação é o espaço narrativo em que um contrato fiduciário é instituído por um destinador-manipulador e um destinatário. Assim, a manipulação é entendida na

semiótica como um fazer-fazer, ou seja, fazer um outro sujeito realizar uma determinada ação. Quando esse sujeito aceita o contrato e parte para a ação, ele precisa estar investido de valores modais (querer ou dever, poder e saber-fazer ou ser), na etapa conhecida como competência, que lhe possibilitam entrar em conjunto com o objeto de valor, ponto central da narrativa. Estar despossuído do objeto-valor (disjunção) indica que pode ele estar de posse de um antissujeito, com o qual o sujeito disputará e realizará a transformação, ponto nevrálgico de toda narrativa. É nesse ponto que ocorre a performance, definida por Greimas e Courtés da seguinte maneira:

Assim, concebida, a performance identifica-se, numa primeira abordagem, como ato humano, que interpretamos (em português comum) como um "fazer-ser" e a que damos a formulação canônica de uma estrutura modal, constituída por um enunciado de fazer que rege um enunciado de estado. A performance então, independentemente de qualquer consideração de conteúdo (ou de domínio de aplicação), como uma transformação que produz um "novo estado de coisas": está, todavia, condicionada, isto é, sobremodalizada, de um lado, pelo tipo de competência de que se acha o dotado o sujeito performador e, de outro, pelo crivo modal do dever-ser (de necessidade ou de impossibilidade, convocada a filtrar os valores destinados a entrar na composição desses novos "estados de coisas" (cf. conceito de aceitabilidade). (GREIMAS; COURTÉS, 2020, p. 363)

Por fim, neste nível, o sujeito, sendo bem sucedido, ou seja, operando a transformação que lhe cabe, é sancionado positivamente por um destinador-julgador, que vai reconhecê-lo como um sujeito cumpridor de sua parte do contrato (sanção cognitiva) e que, por isso, pode receber sua recompensa (sanção pragmática).

O último nível é o discursivo, onde se encontram os revestimentos mais concretos da significação por meio das figuras, elementos semânticos que remetem ao mundo natural. Estas figuras, como veremos, recobrem ainda os temas, definidos como a significação que conceptualiza o mundo tal como o entendemos. Além disso, é nesse nível que encontramos também a projeção da pessoa, tempo e espaço da enunciação (eu, aqui e agora por meio da debreagem enunciativa) e do enunciado (ele, lá e então por meio da debreagem enunciativa), responsável pelos efeitos de sentido de subjetividade e de objetividade, respectivamente.

É este princípio organizativo do percurso gerativo do sentido que está também na base da caracterização do discurso político veiculado pelas capas das revistas a serem analisadas. Segundo Barros (2013),

"A característica mais marcante do discurso político é, portanto, na perspectiva assumida, a de ser um discurso do poder, ou seja, o sujeito político é modalizado pelo

poder, e seu discurso é aquele de busca do poder como valor ou de sua conservação, reconhecimento ou reforço” (BARROS, 2013, p. 72).

Desse modo, observamos que o discurso político é um discurso de busca ou conservação do poder, enquanto um objeto de valor em disputa entre sujeito e antissujeito. A disputa pelo poder instaura uma dimensão polêmica, uma vez que, se um sujeito tem a posse do objeto de valor-poder (conjunção), o outro sujeito (antissujeito) está destituído desse mesmo objeto de valor, que ele ainda deseja obter por meio de sua ação (que pode ser representada pelas eleições, por exemplo). É este estatuto polêmico do discurso político, e sua sanção pelas revistas, que observaremos em nossa análise.

Assim, a dimensão polêmica, dentro do viés semiótico, estabelece que a conjunção com um objeto de valor para um sujeito pressupõe a disjunção para outro. Em nosso trabalho, a dimensão polêmica decorre da polarização ideológica, concretizada no antagonismo de dois veículos de comunicação, enquanto formadores de opinião, a respeito de um mesmo fato. O processo de impeachment ser considerado ilegal (um golpe) para uma camada da população, pode ser entendido como legal dentro dos efeitos da lei, por exemplo, ou a partir da interpretação do grupo político oposto.

O papel das capas das revistas é o de “vender” a ideia de que foi golpe ou impeachment, a depender do lugar ideológico que cada uma ocupa. Assim, cada edição procura convencer seu enunciatário-leitor que o posicionamento editorial da revista é o mais adequado, ao mesmo tempo em que promove uma sanção sobre o fazer do sujeito-governo federal, tanto enquanto lutava para permanecer em conjunção com o objeto de valor-poder como no momento em que o perde definitivamente para o outro grupo político.

Ainda no sentido de construção do posicionamento editorial de cada revista e, conseqüentemente, do modo como entende o processo de destituição da ex-presidente Dilma Rousseff, Fiorin (1998) afirma que a ideologia se manifesta como coerção social. Conforme nos mostra o referido autor, habitam no discurso a manipulação consciente e a manipulação inconsciente. O primeiro tipo é caracterizado por Fiorin como um jogo entre falante e interlocutor e as opiniões que os circundam. A imagem que cada lado possui do outro em reciprocidade direciona os recursos argumentativos. Já no segundo caso, ideologia e formações históricas predominam. São utilizadas “verdades absolutas” que transpõem gerações e que são capazes de influenciar a maneira de pensar do homem ao longo da história.

Na confecção editorial das revistas, a coerção social aparenta ser mais usual, pois Veja e Carta Capital elaboram a imagem de seus respectivos enunciatários, o que faz com que as revistas invistam figurativa e tematicamente com abordagens distintas sobre o mesmo assunto. Além disso, devemos considerar que, por conta dessa construção discursiva das revistas, o leitor que procura a capa da revista Veja para adquiri-la já possui suas expectativas e suas inclinações, assim como ocorre com o leitor da Carta Capital. Ao longo deste processo, a ideologia peculiar a cada revista favorece a inserção de determinadas figuras e a abordagem de temas, com bases provocativas e críticas, que ultrapassam apenas o objetivo inicial de informar.

Courtés (1979) há muito tempo sugere que a polêmica ocorre por meio da instalação de sujeitos e antissujeitos. A confrontação caracteriza-se como polêmica justamente no encontro entre eles, uma vez que pode acarretar transformações e trocas. Esta concepção nos remete às manifestações que tem ocorrido desde 2012, por meio das quais é possível identificar uma colisão de ideias partidárias, uma resistência radical ao que é contrário e as tentativas de manipulação (do enunciatário-leitor) a partir da sanção (sobre a ação política) que cada lado tenta impor. Isso posto, passamos para a análise das duas capas da revista Veja. Podemos, assim, examinar questões que foram suscitadas no plano teórico, nesta parte do texto.

Uma sanção agressiva da revista veja

A partir da análise das duas capas da revista Veja, veremos que ela possui um conjunto de valores próprios e o modo como figurativiza o governo de Dilma Rousseff representa seu posicionamento político, pois a revista, a partir da construção do simulacro dos adversários políticos, os sanciona negativamente. São observadas referências à queda do Partido dos Trabalhadores e da ex-presidente Dilma Rousseff, com figuras que remetem à sua destruição, como será mostrado a seguir.

Figura 1 – Revista Veja, edição 2473 de 13 abr. 2016



Fonte: Google imagens (2020)

A capa da revista Veja que inicia nossa análise pertence à edição 2473, veiculada em 13 de abril de 2016, e apresenta o seguinte título: “Dilma em Liquidação – Super queima de cargos. Corra! Últimos ministérios!”. Trata-se de uma edição colocada em circulação dias antes da votação do processo de impeachment pela Câmara dos Deputados (ocorrida em 17 de abril de 2016) e por meio da qual podemos inferir a forma agressiva com que o processo de impeachment foi abordado desde seu princípio pela revista.

A edição estampou em sua capa o conceito da realização de um “saldão” de cargos e emendas parlamentares. No plano inferior da imagem, em destaque com uma tarja na cor preta, há escrito: “Atenção, deputados! Só os senhores, com seu voto e sua consciência podem acabar com essa farra”. Nesse sentido, a revista realiza uma sanção a respeito da ação do governo em distribuir cargos para buscar apoio contra o processo de impeachment. Ao mesmo tempo, o enunciado serve como uma manipulação por sedução a deputados da oposição, na medida em que invoca uma suposta “boa consciência” para não ser facilmente comprado com cargos e verbas. Desse modo, a revista claramente se

posiciona contra o procedimento do governo e constrói uma imagem bastante negativa do estado em que o governo se encontrava naquele momento.

Na Figura 1, observamos o uso de uma *debreagem* actorial enunciativa, dada a projeção de “Dilma”, enquanto terceira pessoa do singular, qualificada no discurso por meio de uma locução adverbial de modo, que induz uma associação ao sujeito “Dilma” como uma mercadoria de loja que está à venda. Este recurso de *debreagem* enunciativa proporciona um efeito de distanciamento e objetividade, visto que utiliza Dilma/ela.

Nesta capa, observarmos também o uso de tematização e figurativização na construção de sentido. Primeiro, é válido acrescentar que ambos os recursos são complementares, visto que o primeiro tem como objetivo principal explicar e proporcionar uma interpretação, ao passo que por meio do segundo já é possível inserir elementos mais concretos. No caso da imagem que nos dedicamos a analisar, as figuras “Liquidação” e “superqueima”, remetem a temas como extinção e degradação do governo até então exercido por Dilma. Esta figuratividade cruza com a questão da liquidação e queima de estoque, com o fato de o Palácio do Planalto estar em chamas. Esta imagem consegue representar, inclusive, uma derrocada do poder petista.

O grafismo das palavras acima mencionadas faz alusão a propagandas de lojas varejistas veiculadas em canais televisivos ou mesmo nas propagandas fixadas em forma de cartazes dentro das redes de lojas, para anunciarem as promoções e ofertas oferecidas aos clientes. Podemos depreender que estas palavras, neste contexto e grafismo, complementam os temas acima citados, além de ratificar a vulnerabilidade do governo de Dilma, concretizada na redução de prestígio e credibilidade de uma governante que cumpria seu segundo mandato.

No aspecto narrativo, nota-se uma transitividade entre o sujeito Dilma e o objeto “cargo” (bem como o valor “poder” que o acompanha), uma vez que este, na ocasião da publicação da edição em questão, já estava sob ameaça, em virtude da iminência da votação do processo pela Câmara dos Deputados. O sujeito ainda não estava em disjunção com o objeto, apesar da iminência do fato.

Se nos atentarmos para a definição apresentada por Barros (2005), na qual a autora afirma que “O programa narrativo ou sintagma elementar da sintaxe narrativa, define-se como *um enunciado de fazer que rege um enunciado de estado*” (BARROS, 2005, p. 24), temos o seguinte cenário: Dilma é um sujeito de estado ainda em conjunção com o poder, disputando-o com a oposição, estabelecida neste cenário como antissujeito.

A liquidação de cargos, consumada como uma tentativa de manipulação por tentação (distribuição de cargos), com o intuito de criar actantes (adjuvantes) que tendem a contribuir para a manutenção do estado de conjunção de Dilma com seu objeto de valor "poder".

Dilma é sujeito do fazer e sujeito do estado afetado ao mesmo tempo, uma vez que a transformação atribuída à Dilma é a de distribuir cargos, de acordo com a visão apontada pela revista, e o sujeito do estado afetado pela mudança também é Dilma, ameaçada pelo processo de impeachment, construindo-se assim um programa narrativo reflexivo, marcado por uma natureza de privação por parte do sujeito Dilma e pelos actantes sintáticos Dilma e poder.

A performance é considerada como um "fazer" que produz transformações, e competência, caracterizada pelas modalidades (querer ou dever, poder e saber) que viabilizam o fazer. Estas definições atestam nossa interpretação acerca do percurso do sujeito (Dilma), composto pela aquisição de competência (ainda chefe do poder executivo) e execução da performance (continuidade do governo).

A transformação capaz de conceber um novo estado é referente à tentativa do sujeito Dilma, enquanto presidente, de reverter o processo instituído contra seu governo. Dilma utiliza seu "saber-fazer" e o "fazer", mas ainda assim, é sancionada negativamente por estar colocada em condição de "oferta".

A relação de Dilma com o poder é passível de receber determinações modais. Na véspera da votação, ela ainda possuía um vínculo com o seu "cargo de presidente" e o valor "poder" encontra-se no texto atribuído como ainda "possível". A relação enquanto sujeito Dilma, suas ações e o seu "fazer" é apta de receber qualificações modais. Dilma, pela visão editorial de Veja, reage, a seu modo, em um "querer-fazer", associado à oferta de cargos disponíveis a deputados, recebendo assim, modalidades atualizantes, que a qualificam para sua ação. Dilma é impulsionada por um "poder-fazer", ainda enquanto atuante frente à chefia do poder executivo.

Assim, esta capa inaugura a oposição semântica vida *versus* morte, ratificada pela forma como Veja acompanhou e divulgou os desdobramentos do processo de impeachment em outras capas. A então presidente, na ocasião, está em relação de conjunção com o valor poder, por meio do objeto "cargo" e nesta etapa a morte, enquanto significação de finalização ou de encerramento de uma etapa política, carrega consigo qualidade eufórica, pelo ponto de vista instaurado pela revista, ao passo que a

vida, a existência e permanência de Dilma em seu cargo é disfórica, revelando o posicionamento político da Veja. Diante da categoria /morte/ em oposição à /vida/, temos: negação da /vida/ anteriormente à abertura do processo de destituição; afirmação da /morte/ no momento em que o processo é instaurado. Observemos, agora, outra capa da revista Veja:

Figura 2 – Revista Veja, edição 2474 de 20 abr. 2016



Fonte: Google imagens (2020)

A capa da revista *Veja* sob análise inicial pertence à edição 2474 foi publicada três dias após a votação do processo de impeachment pela Câmara dos Deputados. A revista estampa o título “Fora do baralho” e logo abaixo, traz escrito: “Com ou sem vitória na batalha do impeachment, Dilma já perdeu a batalha do poder. Seu governo esfacelou-se e a presidente, abandonada pelos aliados, não comanda mais o Brasil”. A revista aqui realiza mais uma sanção negativa contra o governo e contra Dilma Rousseff. Mesmo que Dilma permanecesse na presidência, segundo a revista, ela já teria perdido o poder efetivo do cargo, uma vez que estaria isolada e ela não mais ditaria os rumos de seu governo e do país. Desse modo, observamos que, no plano verbal, *Veja* evidencia sua sanção cognitiva negativa (Dilma não comandaria mais seu governo) e demonstra que há

uma sanção pragmática igualmente negativa, uma vez que não teria mais condições de manter-se em conjunção com o objeto de valor-poder.

No nível discursivo, observamos uma debreagem enunciativa, que nos apresenta a um efeito de distanciamento e objetividade, que extrai a então presidente Dilma Rousseff do poder de seu cargo, por meio da expressão “Fora do baralho”.

A capa organiza seu discurso por meio de uma tematização e uma figurativização particular para a construção de parte do sentido do texto. É possível perceber figuras emblemáticas como a faixa presidencial, que compõe a imagem principal, sendo esta uma reprodução da fotografia oficial da então presidente. É importante salientar que esta imagem, centralizada na capa, é propositalmente rasurada. Esta rasura indica uma tentativa de retirá-la de determinado local, o que se assemelha com a situação na qual a então presidente se encontrava, com a abertura do processo de impeachment. Cumpre ressaltar ainda que esta rasura parcial da fotografia oficial remete a uma agressividade, sobretudo por estar simbolizada na face da então presidente Dilma Rousseff. Figurativizam-se, portanto, temas como uma democracia estremecida e a expressão “fora do baralho” já antecipa uma desqualificação de Dilma, descaracterizando-a de seu cargo de presidente.

No nível narrativo, determinado pelas transformações de estado, temos o sujeito, a presidente Dilma Rousseff, inicialmente em conjunção com seu objeto-valor (poder). Posteriormente a um evento transformador (abertura do processo de impeachment e votação pela Câmara dos Deputados), este sujeito passa a ficar em disjunção com o objeto-valor.

É importante mencionarmos acerca das relações transitivas, neste caso o objeto-valor “poder”, a definição que Courtés (1979) nos apresenta: a circulação dos objetos é interligada à ação dos sujeitos que desempenham a manipulação. O autor metaforiza da seguinte forma:

“A circulação dos objectos não é, portanto, qualquer coisa de mecânico e de evidente; semelhante a uma bola que, no momento de um jogo de futebol, muda continuamente de campo, o objecto-valor necessita de ser arremessado a apanhado pelos sujeitos performantes” (COURTÉS, 1979, p. 17).

Esta afirmação vai ao encontro de nossa perspectiva nesta análise. O objeto “poder” começa a transitar após a votação do processo pela Câmara dos Deputados, responsável por realizar a performance.

A ideia de representar Dilma como “carta fora do baralho” carrega consigo uma sanção negativa com relação à então presidente. Na classificação referente à interpretação veridictória dos estados da sanção cognitiva, ordenados como verdadeiros (que parecem e são), falsos (que não parecem e não são), secretos (que não parecem, mas são) e mentirosos (que parecem, mas não são) (GREIMAS; COURTÉS, 2020), percebemos o primeiro estado mencionado, o verdadeiro, caracterizando uma figura política que parecia estar sendo destituída, eliminada, e de fato estava, a partir da votação do processo de impeachment. A destituição ocorreu porque a então presidente foi, na sanção, reconhecida como sujeito incompetente.

No nível narrativo, importam dois tipos de enunciados elementares: enunciados de estado e de fazer. No primeiro, o sujeito está em relação de conjunção ou disjunção com determinado objeto, e no segundo, ocorre uma transformação nesta relação estabelecida. O programa narrativo sinaliza esta mudança de estado após o enunciado de fazer “votação”, sendo antes uma relação de conjunção e posteriormente uma relação de disjunção, na qual tem-se Dilma Rousseff como sujeito excluído (LANDOWSKI, 2002). Nesta exclusão, Dilma encontra-se em disjunção com relação aos demais políticos da base aliada e de oposição ao seu governo, como já mencionamos no começo desta análise.

Há ainda uma correlação com a descontinuidade, ressaltada posteriormente no nível fundamental, quando confrontada com a continuidade, e a transformação de Dilma Rousseff (eleita democraticamente em outubro de 2014), ex-presidente destituída do cargo (acusada de crime de responsabilidade fiscal e improbidade administrativa). Esta descontinuidade é associada à mudança de estado, sustentação do nível narrativo, e pode ser associada inclusive ao caminho histórico da democracia no Brasil, percurso este marcado por decisivos acontecimentos.

Já no nível fundamental, podemos traçar uma oposição semântica pela relação de continuidade *versus* descontinuidade, referente à permanência ou não de Dilma Rousseff em seu cargo. A alusão a esta interrupção do mandato da ex-presidente, salientada pelas imagens e expressões escolhidas, configura esta descontinuidade. No nível fundamental, embasado por elementos mais abstratos e responsáveis pela produção e compreensão de determinado discurso, é o momento da análise fundamentado pela oposição. Logo, os termos continuidade e descontinuidade são elementos que se opõem, pois consideramos que para prevalecer a democracia, é necessária a permanência durante os quatro anos de mandato no cargo para o qual tenha sido eleito. Por outro lado, havendo a interrupção

de determinado mandato, esta democracia é abalada, sofrendo interferências que marcam a descontinuidade.

Fontanille se refere à binariedade do nível fundamental como um confronto de posições, o que permite inclusive ao discurso expandir e inventar novas contrariedades (FONTANILLE, 2007, p. 61). Diante disso, na sintaxe desse nível, prevalecem as operações de negação e de asserção. A categoria /continuidade/ vs. /descontinuidade/ indica a afirmação do poder em /continuidade/ no momento anterior à votação pela Câmara dos Deputados, a negação desta /continuidade/ após a votação e afirmação da /descontinuidade/ após a votação.

A revista *Veja* apresenta, assim, nas duas capas, uma sanção bastante rigorosa sobre um governante. Além de condenar a ação do governo na distribuição de cargos, ela também aplica uma avaliação bastante negativa sobre a situação do governo no momento em que é aberto o processo de impeachment. Nesse sentido, a sanção de *Veja* revela um caráter passional que procura contagiar seus enunciatários, na medida em que, de um lado, mobiliza a figura do fogo e, de outro, apresenta a figurativização de uma ação desejada, aparentemente, pela própria revista.

Uma sanção intelectual na perspectiva da revista *Carta Capital*

Em contraponto à revista *Veja*, as capas da revista *Carta Capital* optaram por comparar o processo de impeachment ao golpe militar de 1964, representar com fotografias a conspiração política que acelerou o processo e enfatizar a figura de uma então presidente isolada. Podemos dizer que a abordagem da *Carta Capital* atenua o foco de Dilma Rousseff e o divide com outros atores políticos que, segundo veremos, seriam os responsáveis pela derrocada do governo e da saída do PT do poder.

Figura 3 – Carta Capital, edição 894 de 23 mar. 2016



Fonte: Google Imagens (2020)

A primeira capa da revista Carta Capital que escolhemos analisar compõe a edição 894, veiculada em período anterior à votação do impeachment pela Câmara dos Deputados. Esta edição, intitulada "Os ensaístas do golpe", recebeu no plano superior da imagem o rótulo de Edição Especial da Crise, justamente por fornecer um resumo do cenário desfavorável à Dilma naquela ocasião.

No início de nossa análise, identificamos uma debreagem enunciativa, em virtude da forma como situa os personagens em questão. Na capa, estão registradas as figuras de José Serra, Eduardo Cunha, Gilmar Mendes e Sérgio Moro e o símbolo da TV Globo. Logo abaixo, estão Dilma Rousseff e Lula, situados em outro cenário. Nesta debreagem, não há especificamente uma localização temporal ou espacial, mas os personagens principais, apelidados de "ensaístas", encontram-se mencionados em terceira pessoa do plural.

As figuras constituintes desta imagem são acompanhadas ainda dos elementos “ensaístas” e “golpe”. Esta capa, em seu conjunto, foi projetada para figurativizar o aspecto sombrio e negativo que afligiu o processo de impeachment. A composição como um todo remete a um cenário de filme de terror, desde os tons escolhidos ao desenho das letras. É possível inferir uma temática relacionada à instauração de uma conspiração política, pressuposta pela imagem e pela qualificação dada pela revista.

Carta Capital constrói, com esta figurativização, uma espécie de enredo de terror. Esta narrativa é composta pelos sujeitos Lula e Dilma, que antagonizam com os antissujeitos, os intitulados “ensaístas”. O objeto de valor que justifica a ação no terror é a presidência exercida por Dilma e cuja continuidade do projeto político ela representa. Por isso, Lula está ao lado dela na capa: não se trata somente de um golpe contra Dilma, mas contra os valores políticos representados por Lula e pelo Partido dos Trabalhadores. Esta ação, ou pelo menos enquanto tentativa, é caracterizada pelas especulações, artifícios e manobras desempenhados para atingir o objetivo final: a destituição de Dilma.

O símbolo da TV Globo foi inserido para fomentar uma crítica a todo aspecto tendencioso pelo qual o canal televisivo sempre foi acusado por espectadores e críticos, ou mesmo retratando a atuação midiática que se valeu, em geral, dos assuntos referentes ao processo de impeachment para impulsionar a audiência de sua grade jornalística. Podemos sustentar que, nesta capa, a Globo seria o antimanipulador mais ou menos oculto (tal como a Lua nos filmes de terror) que usa os políticos para agir contra o Lula e Dilma. Eduardo Cunha, no pleno exercício do cargo de presidente da Câmara dos Deputados foi responsável pelo início do processo de destituição, por aceitar o pedido e prosseguir com os trâmites necessários. José Serra, senador eleito pelo PSDB, já havia manifestado que teria voto favorável ao impeachment, assim que o processo chegasse ao Senado e, naquele momento, era considerado um notável nome para assumir o Ministério das Relações Exteriores, na hipótese de o então vice-presidente Michel Temer assumir a presidência. O nome de Gilmar Mendes ganhou notoriedade por ocupar dois relevantes cargos durante o processo: o de ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) e o de presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral). Na direção deste último, Mendes foi o responsável pelo julgamento das contas de campanha da chapa de Dilma e Temer.

Por fim, o então juiz federal de 1ª instância Sérgio Fernando Moro, parte da Operação Lava-jato, considerada uma das principais ações de combate à corrupção no

Brasil. Por meio desta atuação, dois anos após o ápice do impeachment, em 07 de abril de 2018, o ex-presidente Lula foi preso.

Estes cinco personagens são qualificados como “ensaístas”. Esta palavra figurativiza “articulação”, estabelecida com o intuito de atingir determinado objetivo. E “golpe” contrapõe com toda e qualquer aproximação com democracia e, neste contexto, elimina o caráter legal do impeachment. Assim, Lula e Dilma estão situados em um plano inferior da capa, posicionados sob uma iluminação de palco teatral que lhes proporciona um foco e claramente são colocados como as vítimas da conspiração validada por TV Globo, José Serra, Eduardo Cunha, Gilmar Mendes e Sérgio Moro, na perspectiva apresentada pela revista. É válido ressaltar que Serra é o único que parece ter a imagem manipulada de modo mais evidente (com os olhos claros). É possível notar ainda o aspecto mais iluminado circundando as figuras de Dilma e Lula e o oposto, permeado por tons mais azulados e escuros os antagonistas. Estas tonalidades distintas sugerem a inserção dos respectivos valores para cada grupo de atores: o bem e o mal, o progresso e o retrocesso político. Além disso, a capa revela o tema da conspiração, ação típica da política em que os atores articulam no escuro para prejudicar os oponentes políticos.

No nível narrativo, a princípio chama a atenção a vinculação entre os antissujeitos do projeto político representado por Lula e Dilma (os cinco nomes na imagem esboçados) e os próprios sujeitos (Dilma e Lula). Conforme discorre Greimas em um prefácio para Courtés (1979), esta relação é baseada em uma hierarquia estabelecida na relação dominante/dominado. Neste caso, entende-se como dominantes os potenciais “articuladores” e dominados os sujeitos Dilma e Lula.

Fica claro na imagem que se trata de uma relação nada amistosa e, portanto, os sujeitos apresentados situam-se como adversários. O fazer desejado pelos oponentes, sugerido na composição da capa, é o encerramento do ciclo de poder petista, representado na imagem dos dois representantes do partido que conquistaram a presidência da república. Encontra-se incutida uma manipulação, caracterizada nesta circunstância pela intimidação e, assim, validada negativamente, instigando o dever-fazer.

O objeto em transição nas relações de conjunção e disjunção neste caso é a sustentação do Partido dos Trabalhadores (caracterizado pelo valor “poder”), simbolizado na capa por Dilma e Lula. Não se trata apenas da imagem da então presidente Dilma, para associarmos a presidência como especificamente o objeto em disputa e em relação de transitividade. A presença de Lula na composição agrega uma força maior na

representação: o objetivo não é limitado a formular articulações e conjunturas para eliminar Dilma, mas sim aniquilar todo o contexto no qual ela sempre foi inserida juntamente a seu partido político. Além disso, vale destacar que o “poder” é presença frequente no decorrer das análises, tanto de Carta Capital quanto de Veja. É o poder de Dilma, de Lula e do Partido dos Trabalhadores que está ameaçado com a abertura do processo de impeachment e por isto aparece tantas vezes sob o holofote da mídia.

Temos, portanto, um cenário em que Dilma e Lula estão em conjunção com o objeto de valor estrutura petista, enquanto sustentação do partido, designada como valor eufórico nesta etapa semântica. Em decorrência das articulações e das supostas tentativas de desvinculação, à medida que o processo de deposição avança, a mídia acompanha, a população reage indo às ruas manifestar, os dois principais representantes petistas começam a entrar em disjunção com a sustentação do partido no poder e são sancionados negativamente.

No nível fundamental, que tem como base principal uma categoria semântica constituída por oposição, opera-se um contraste entre vida e morte. A morte, representada pelos três políticos filiados a partidos de “direita”, TV Globo e o então juiz federal Sérgio Fernando Moro; e vida, representada por Dilma e Lula. Estes, vale lembrar, ao longo de seus mandatos, foram responsáveis pela criação de programas de expansão do ensino público, bem como fomento de bolsas de estudo e de pesquisa, além de programas sociais, leis e decretos que favoreceram (e assim permanecem), uma grande parcela da população, social e economicamente desfavorecida e desprestigiada em governos antecessores.

Na ocasião em que a edição da revista foi elaborada, bem como sua capa, podemos observar uma disputa simbólica os dois campos políticos: quem vive e quem morre politicamente falando. Além disso, reforça-se essa ideia de vida *versus* morte porque um vampiro (como Serra ou as demais figuras) representa essa negação da vida. A seguir, observaremos uma outra capa da revista Carta Capital que prossegue na sanção contra o golpe ao governo de Dilma Rousseff:

Figura 4 – Carta Capital, edição 898 de 19 abr. 2016



Fonte: Google Imagens, 2020.

A revista Carta Capital trouxe em sua edição 898, veiculada em 19 de abril de 2016, (data posterior à votação do impeachment pela Câmara dos Deputados) o título “Republiqueta das bananas” juntamente a uma imagem da cantora Carmen Miranda. Na parte superior da capa, está escrito: “Exclusivo: Meire Poza, a contadora de Youssef e os documentos que revelam os bastidores ilegais da operação Lava Jato”. Chama a atenção para o fato de a capa não mencionar diretamente a destituição de Dilma Rousseff. No entanto, o golpe está implícito, na medida em que a revista claramente publica uma sanção sobre os agentes políticos e o próprio regime político brasileiro como um todo, por conta de sua ação de retirar Dilma da presidência.

No nível discursivo, nota-se uma debreagem enunciativa. A expressão “Republiqueta das bananas” refere-se ao termo criado em 1904 por William Sydney Porter, escritor americano, mais conhecido pelo pseudônimo de O. Henry. O escritor criou esta expressão em um conto cuja história se passou no país fictício “Anchuria”. Segundo historiadores, a “república das bananas” era na verdade o país de Honduras, que na época, produzia

grande volume de bananas e dependia comercial e economicamente de empresas americanas. Honduras é relacionada ainda a golpes de Estado, como o ocorrido em 2009, por meio do qual o então presidente Manuel Zelaya foi deposto de seu cargo. A expressão foi utilizada também na filmografia da cantora Carmen Miranda, em 1939, na obra "Banana da terra". Desta vez, o enredo se passava em "Bananolândia", cidade que havia produzido uma quantidade excessiva de banana e não conseguia vender toda a produção da fruta. O termo "republiqueta", é usado inclusive por meio de sufixo diminutivo, para "empobrecer" ainda mais a ideia a que se refere.

Na capa em questão, a edição faz uma crítica ao momento do impeachment na ocasião da publicação, traçando paralelos condizentes com a figurativização de temas que fazem referência à subordinação política e a uma circunstância política considerada enfraquecida pela revista. A expressão conduz a um conceito de apatia e indiferença por parte da população, no que diz respeito aos cenários político e econômico.

No nível narrativo, utilizado para caracterizar as transformações de estado, podemos analisar o sujeito Brasil em conjunção com o objeto-valor democracia, ou mesmo soberania. Após a instauração de um evento transformador (abertura do processo de impeachment e votação pela Câmara dos Deputados) este sujeito entra em disjunção com o objeto-valor.

Esta edição da revista Carta Capital promove uma sanção negativa contra os procedimentos democráticos, considerando o estado resultante "mentiroso", que representa o sentido de que algo parece, mas não é. De certa maneira, seu foco é o de sancionar negativamente os ritos realizados pelo Legislativo para condenar o "sistema" como um todo e não um ou outro ator político em particular.

No nível fundamental, temos uma oposição semântica de liberdade *versus* opressão. Nas operações sintáticas de asserção e negação observa-se a seguinte relação: a categoria /liberdade/ determina a afirmação da democracia, da competência e poderio da então presidente Dilma Rousseff anterior à votação do processo pela Câmara dos Deputados. Em seguida, tem-se a negação desta /liberdade/, o que coloca em risco e desestabiliza o governo da então presidente e, por fim, a afirmação da categoria /opressão/ após o fim da votação.

Conclusão

A partir da análise que realizamos, podemos inferir inicialmente que cada revista possui uma sanção distinta para os mesmos episódios políticos que aborda. Assim, é a partir de cada organização que observamos como o enunciador mobiliza diferentes espectros ideológicos para projetar seu olhar político sobre o acontecimento “destituição de Dilma Rousseff”.

Assim, a revista Veja apresenta uma sanção agressiva em relação ao sujeito Dilma Rousseff, figurativizando um gesto que visa a apagá-la do momento político do país. Já Carta Capital deixa de lado a sanção sobre Dilma para propor um julgamento duro, mas articulado e racional, sobre a oposição e o processo político e democrático brasileiro por meio de um viés irônico, na medida em que retoma o tema do país que não possui uma democracia plena com instituições que primam pela impessoalidade. A oposição vida *versus* morte emerge em ambas, cada uma com suas respectivas relações. Observações oposições, contra-programas narrativos, transformações, sucessões e rupturas inerentes ao processo de destituição.

Os discursos nos rodeiam a todo tempo. Materializam a vida com aquilo de que ela também é constituída: a polêmica, o inesperado, a transformação e a transitividade. As conjunções e disjunções estão presentes na política. Aliás, a política é relação de junção. O poder é um objeto valor cobiçado e disputado a qualquer preço, com articulações e objetivos, que oscilam em suas relações de transitividade.

A semiótica é constituída de etapas. O uso das cores, das formas e dos espaços ilustram e agregam nossos estudos. Semiótica é escolha. E as imagens, as capas, as manchetes, passam pelas bancas e chegam às estantes. Uma capa vai tornando a outra menos lembrada ou um pouco menos importante. Afinal de contas, o atual prevalece no imaginário e na lembrança. Mas não podemos nos esquecer da história e de tudo que a compõe.

É preciso resgatar a história, seja por imagens, textos, fotografias, enfim, seja qual for o objeto produzido e estar atento à construção do sentido, para ampliarmos nossa percepção. Assim, é possível curvar-se a uma manipulação, ou dela se esquivar.

O impeachment de ou golpe em Dilma é inerente à história do Brasil. Deixou reflexos, sombras, lembranças e, sobretudo, mudanças. Não apenas a transformação do nível narrativo da semiótica, com sua a sanção negativa de um sujeito, desqualificado de seu posto, mas também uma transformação política contestada e polêmica. A polêmica de que pode tratar a semiótica, a polêmica alimentada por esquerda *versus* direita, em uma

polarização fortalecida em 2013, expandida em 2015 e predestinada a permanecer na história do Brasil, com reflexos ainda visíveis no atual estado de coisas na política nacional. No entanto, este é um outro episódio de nossa já anunciada tragédia nacional que deverá ser foco de trabalhos futuros, caso haja futuro para a reflexão e a pesquisa brasileira.

Referências

- BARROS, Diana Luz Pessoa. Política e intolerância. *In*: FULANETI, Oriana Nadai; BUENO, Alexandre Marcelo. *Linguagem e política*: princípios teórico-discursivos. São Paulo: Editora Contexto, 2013.
- BARROS, Diana Luz Pessoa. *Teoria semiótica do texto*. São Paulo: Ática, 2005.
- CAMPOS, Ana Cristina. Dilma reafirma que impeachment sem crime de responsabilidade é golpe. *Agência Brasil*, Brasília, 30 mar. 2016. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-03/dilma-reafirma-que-impeachment-sem-crime-de-responsabilidade-e-golpe>. Acesso em: 9 nov. 2020.
- COURTÉS, Joseph. *Introdução à semiótica*: narrativa e discursiva. Coimbra: Livraria Almedina, 1979.
- FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. 6. ed. São Paulo: Ática, 1998.
- FONTANILLE, Jacques. *Semiótica do discurso*. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2007.
- GREIMAS, Algirdas Julien. *Sobre o sentido II*. Ensaios semióticos. Tradução de Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.
- GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÉS, Joseph. *Dicionário de semiótica*. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2020.
- LANDOWSKI, Eric. *Presenças do outro*: ensaios de sociosemiótica 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- MIGUEL, Luis Felipe. Meios de comunicação de massa e política no Brasil. *Diálogos Latinoamericanos*, Aarhus, Dinamarca, n. 3, p. 43-70, 2001.
- SOUZA, Jessé. *A radiografia do golpe*: entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

Submetido em: 09 jul. 2020.

Aceito em: 16 out. 2020.